

ESTER GEBARA  
JONAS DE ARAÚJO ROMUALDO  
TANIA MARIA ALKMIN  
Departamento de Linguística - Instituto de Estudos  
da Linguagem - UNICAMP.

Gostaríamos de começar colocando a seguinte questão:

"Em que a linguística pode ajudar no ensino de língua materna?"

Nossa idéia é a de que a linguística pode desempenhar um papel importante, primeiramente

- na formação acadêmica e intelectual do professor. O conhecimento de procedimentos de análise de fatos linguísticos, dos princípios gerais da ciência linguística, etc. contribui para o entendimento do objeto - isto é, do fenômeno linguístico.

O professor de língua necessita de conhecimentos científicos a respeito daquilo com que trabalha. A linguística, ao longo do tempo, vem acumulando informações quanto às características da linguagem humana, suas funções, sua estrutura, que, compreendidas, podem funcionar como um instrumental eficiente para que o professor possa "distanciar-se" do fenômeno linguístico e discutí-lo, especular a respeito dele.

Achamos que as informações vindas da linguística a respeito da linguagem, no entanto, não devem confundir-se com a própria linguagem. Assim, como qualquer outro objeto de estudo científico, o estudo da linguagem

requer não só um conjunto de terminologia própria, procedimentos de análise e o estabelecimento de postulados gerais, mas também o hábito da reflexão sobre a linguagem. E o professor de língua parece ser um dos grandes interessados.

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro ponto, achamos que a lingüística pode contribuir para a constituição de uma atitude do professor de língua. A lingüística afirma que a língua é um complexo de variantes e que não existe superioridade de uma variedade sobre outra; discute a noção de correção lingüística. Esses e outros tipos de colocações podem funcionar como um embasamento de uma atitude de tolerância lingüística por parte do professor em relação aos diversos dialetos de seus alunos.

Nossa opinião é que qualquer tipo de comportamento didático do professor reflete um sistema de crenças, implícito ou explícito, inclusive a respeito da linguagem. O autoritarismo lingüístico, melhor dizendo, a atitude de desqualificação da fala do aluno em favor da valorização da fala professoral (na verdade, a fala que o professor supõe que tem) é sustentada pela crença na existência da "boa linguagem", na linguagem correta em si mesma e, por conseguinte, na necessidade de substituir os hábitos lingüísticos dos alunos. Uma formação lingüística correta, digamos assim, concorre para a formação de uma atitude não-preconceituosa, e dá margem a que o professor, em vez de apelar para a burrice universal dos alunos - "a incapacidade deles de aprender a falar e escrever o português" - seja capaz de questionar aquilo que lhe é imposto como tarefa: abstrair a variação e crer absolutamente na homogeneização da sua clientela. Mais que isso, acreditar que as dificuldades e problemas do ensino de língua materna podem ser resolvidos no âmbito de discussões pedagógicas e didáticas.

Sabemos que a realidade da formação do

professorado é bem outra. Em geral, o que se observa nas Faculdades de Letras é a apresentação de uma "feira" de teorias mais em voga. Acena-se para o fato de que a compreensão de uma teoria lingüística (ou mais de uma) fornece instrumento necessário para que o professor dê boas aulas de língua. Só que essa passagem - isto é, a manipulação de uma teoria e a aula de língua - não é clara para ninguém. Então, o que se verifica é a constrangedora situação de aulas de lingüística para alunos do secundário. Antes de mais nada, o que se perde de vista com isso é o próprio objetivo do ensino no nível secundário, confundido com o do nível superior. Essa suposta aplicação imediata da lingüística tem versões ainda mais graves quando efetivamente a "feira" das Faculdades de Letras é transferida para as salas de aula do secundário. Observam-se aplicações apressadas e imediatistas de teorias de vanguarda, ainda em discussão, sem que o professor tenha podido sequer refletir sobre a necessidade ou não da incorporação dessas novas informações à sua própria formação. Assim, da teoria de gramática gerativa transformacional, por exemplo, aproveitam-se os diagramas em árvore e substituem-se as terminologias tradicionais de sujeito e predicado, por sintagma nominal e sintagma verbal (ou frase nominal e frase verbal), respectivamente, sem se perceber que as árvores são artificios descritivos (até mesmo gráficos), que a nova terminologia é uma nova terminologia, que tudo isso pertence a um arcabouço teórico e epistemológico muito amplo. O que significa ensinar aos alunos "fazer árvores", ou a noção de signo? Será que o professor tem consciência de que está ensinando, e mal, partes de teorias lingüísticas?

Gostaríamos de apontar dois dados que, em nossa opinião, contribuíram (e contribuem) fundamentalmente para esse quadro.

De um lado, é preciso considerar a situação do ensino no Brasil e, entre outros fatores, levar em consideração o total descaso com que tem sido tratada a

formação do magistério.

De outro, é preciso considerar o papel que a lingüística assumiu desde a sua introdução, em 1964, nos currículos das Faculdades de Letras. O que nos parece que aconteceu foi uma supervalorização do caráter científico da nova disciplina, em detrimento de um suposto caráter passadista e fora de moda da gramática tradicional. A lingüística, até chamada de ciência piloto das ciências humanas, fascinou a todos com sua aura de modernidade e passou a ser consumida em grande escala, e apressadamente, por consumidores despreparados. Desqualificou-se a gramática tradicional como não-científica, e no seu lugar introduziram-se noções vagas e abstratas de novas e sensacionais afirmativas da lingüística, que, magicamente, deveriam ser utilizadas pelos professores e de forma eficiente. Em nenhum momento se questionou o "conteúdo" do ensino de língua materna. Na verdade, travestiu-se a velha tradição de ensino de língua com novas roupas da lingüística moderna.

Agora, perguntamos novamente, além da formação intelectual do professor, teria a lingüística realmente alguma serventia?

Achamos que sim. Se comparássemos os presupostos da lingüística com o comportamento do professor em sala de aula, com as atitudes do homem comum em relação a sua língua, com as crenças e preconceitos veiculados pela cultura oficial, veríamos que a reflexão sobre a língua gem nos deveria provocar, no mínimo, algumas inquietações, algumas perplexidades.

Por que, aceitando pressupostos da lingüística que afirmam, por exemplo:

- que qualquer falante nativo de uma língua, através dos processos de aquisição da linguagem, acaba por ser detentor de um certo tipo de conhecimento dessa língua.

- que a valorização de formas lingüísti-

cas é uma construção social, ditada pela organização dos grupos humanos e que, portanto, não existe a boa ou a má linguagem em si mesma,

concordamos

- que o papel do professor é "ensinar" o português e não nos perguntamos o que seria afinal ensinar a língua materna?

- que a variação é um equívoco a ser superado, e possível de ser neutralizado no ensino?

- que a chamada língua culta é um objeto estável, a-histórico, justificado por si só?

Tal linha de reflexão, na verdade, nos leva a variar a por em questão não só o ensino de língua na escola mas também o papel da própria escola. Se se aceita que qualquer falante do português sabe português, então a escola se justificaria somente na medida em que fornecesse instrumental para o uso da escrita (tida como código derivado da linguagem oral). Mas ainda assim, por que o que é reconhecido como linguagem escrita se distancia tanto da linguagem oral? Por que não se pode escrever num dialeto "mais familiar"? Continuando nessa direção, seria perfeitamente legítimo nos colocarmos outras questões ainda:

Por que acreditamos na necessidade de uma unidade lingüística?

Por que acreditamos que requisitos como clareza, explicitação, objetividade, correção, são categorias em si e não, hábitos de uma tradição valorizada de um tipo de fala?

Esse tipo de questionamento nos leva, é claro, muito mais a pensar a realidade social do que a realidade lingüística. Sabemos que a utilização da língua é regida por um conjunto de regras sociais que regulam a pertinência ou não, a adequação ou não dos comportamentos lin